SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

KAROLINA DE FATIMA FARIAS SANTANA

AS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E O SEU PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

CASTANHAL-PARÁ
2022

KAROLINA DE FATIMA FARIAS SANTANA

AS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E O SEU PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

Artigo apresentado para obtenção do Grau de Licenciado em Pedagogia, do Campus Universitário de Castanhal, Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Msc. Jones Souza Moraes (FAPED/CUNCAST/UFPA)

CASTANHAL-PARÁ
2022

KAROLINA DE FATIMA FARIAS SANTANA

AS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E O SEU PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

Artigo apresentado para obtenção do Grau de Licenciado em Pedagogia, do Campus Universitário de Castanhal, Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Msc. Jones Souza Moraes (FAPED/CUNCAST/UFPA)

Data de aprovação:_____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Msc. Jones Souza Moraes
Orientador-Presidente/FAPED-CUNCAST/UFPA

_____

Prof. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Examinador Externo

_____

Prof. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Examinador Interno

Primeiramente à Deus por minha vida, por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades. A minha família, em especial minha mãe e minha avó que não pouparam esforços em me educar, minha tia Adriana, pelo incentivo e ajuda, minha querida namorada, Letícia, por todo apoio, compreensão e por sempre me lembrar que sou capaz, ao meu orientador Professor Jones por ter me dado todo apoio necessário, e as minhas amigas que foram indispensáveis nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Em especial, a minha mãe e minha avó, por todo o esforço investido na minha educação, por terem me dado ensinamentos e apoio durante toda minha vida.

Ao meu orientador Professor Jones Moraes, pela compreensão e todo empenho dedicado ao meu trabalho de conclusão de curso.

A todos os professores que tive durante o curso, por me proporcionar o conhecimento e reflexões não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional.

A minha tia Adriana Rodrigues, por todo incentivo e ajuda antes e durante a graduação, sem a sua mão a minha formação não seria possível.

A minha namorada, Maria Letícia, que me apoiou e esteve sempre comigo nos momentos difíceis de ansiedade, pela paciência e por sempre ter acreditado no meu potencial.

A todas as minhas amigas, em especial a Jamily Costa e Thais Silva, pela amizade incondicional, cumplicidade e todo conhecimento construído ao longo do curso.

A universidade Federal do Pará, seu corpo docente, direção, administração e a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram, de alguma forma, nesta formação acadêmica, o meu muito obrigada.

“O primeiro passo para chegar a algum lugar é decidir que você não vai ficar onde está”

(J. P. Morgan)

SUMÁRIO

	Resumo	08
	Abstract	08
	Resumen	09
1	Introdução	10
2	Metodologia	12
3	Resultados e discussão	13
3.1	*Um breve aporte histórico sobre o processo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil*	13
3.2	*Reflexões sobre a relação entre acolhimento institucional e escolarização*	19
4	Considerações Finais	26
5	Referências	27
	Anexo	

As crianças em situação de acolhimento institucional e o seu processo de escolarização[1]

Children in institutional care and their schooling process

Niños en acogimiento institucional y su proceso de escolarización

Resumo

Estudamos neste trabalho a contextualização sobre as crianças em situação de acolhimento institucional e o seu processo de escolarização. Foi questionado como se dá o acolhimento institucional e o ensino da aprendizagem diante da realidade a qual vivem e como os professores podem auxiliar no processo de inclusão a partir de um olhar mais amoroso e inclusivo. Como objetivo geral, analisamos o processo de escolarização de crianças que se encontram em situação de acolhimento institucional a partir da literatura produzida sobre o tema. Como aporte teórico explanamos sobre uma breve história do acolhimento institucional e as reflexões entre a situação de acolhimento do aluno e sua escolarização. Para a metodologia foi utilizado o método bibliográfico a partir da literatura que aborda o tema e que mesmo com suas limitações foi possível um universo amostral. E com a conclusão, mostramos a importância da escola no crescimento e desenvolvimento das crianças institucionalizadas. Espera-se que essa pesquisa possa contribuir com a compilação e divulgação do conhecimento produzido na última década sobre a relação estabelecida entre a escolarização de crianças e o acolhimento institucional.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional. Crianças. Escolarização.

Abstract

In this work, we study the contextualization of children in institutional care and their schooling process. It was questioned how the institutional reception and teaching of learning takes place in the face of the reality in which they live and how teachers can help in the inclusion process from a more loving and inclusive perspective. As a general objective, we analyzed the schooling process of children who are in institutional care based on the literature produced on the subject. As a theoretical contribution, we explain a brief history of institutional reception and the reflections between the situation of the student's reception and their schooling. For the methodology, the bibliographic method was used from the literature that addresses the theme and that even with its limitations, a sample universe was possible. And with the conclusion, we show the importance of the school in the growth and development of institutionalized children.

[1] O presente artigo foi elaborado seguindo as diretrizes para autores do Periódico Research, Society and Development - ISSN 2525-3409 (Ver anexo). Após aprovação e considerações faremos a submissão.

It is hoped that this research can contribute to the compilation and dissemination of knowledge produced in the last decade on the relationship established between children's schooling and institutional care.
Keywords: Institutional Reception, Children, Schooling.

Resumen

En este trabajo estudiamos la contextualización de los niños en acogimiento institucional y su proceso de escolarización. Se cuestionó cómo se da la recepción institucional y la enseñanza de los aprendizajes frente a la realidad en la que viven y cómo los docentes pueden ayudar en el proceso de inclusión desde una perspectiva más amorosa e inclusiva. Como objetivo general, analizamos el proceso de escolarización de los niños que se encuentran en acogimiento institucional a partir de la literatura producida sobre el tema. Como aporte teórico, explicamos una breve historia de la acogida institucional y las reflexiones entre la situación de acogida del estudiante y su escolarización. Para la metodología se utilizó el método bibliográfico a partir de la literatura que aborda el tema y que aún con sus limitaciones fue posible un universo muestral. Y con la conclusión, mostramos la importancia de la escuela en el crecimiento y desarrollo de los niños institucionalizados. Se espera que esta investigación pueda contribuir a la recopilación y difusión del conocimiento producido en la última década sobre la relación que se establece entre la escolarización de los niños y el cuidado institucional.
Palabras clave: Acogida Institucional. Niños. Escolarización.

1. Introdução

O presente trabalho busca contextualizar como se dá a relação da escolarização de crianças em especial as que se encontram em situação de acolhimento institucional e de que forma a escola é o meio social que tende a ser a maior mudança de vida desses jovens.

A primeira socialização dos indivíduos acontece a partir da convivência familiar, onde todo o processo é iniciado a partir do nascimento e que embora esteja sujeito a mudanças, se mantem por todo o ciclo vital. Porém, os jovens que são afastados das suas famílias através de medidas protetivas e ficam institucionalizados até que tudo esteja ajustado, e precisam ter uma atenção especial para evitar problemas maiores, precisando então de atendimento especializado entorno destas.

A partir disto, é extremamente necessário o apoio da escola que se torna o vínculo social mais forte dessa transição de vida, para que assim seja possível que as mudanças sejam as mais amenas possíveis, para que não haja tanta dificuldade nas relações afetivas e de socialização das crianças e adolescentes.

Portanto, a escola em parceria com a família são as maiores instituições que auxiliarão a criança na sua construção social, pois o ambiente escolar não vai apenas intervim através da transmissão do conhecimento científico, mas vai implementar diversos aspectos que direcionam a criança para o seu processo de socialização e individuação. Mas, dentro desse contexto o que a escola em parceria com as instituições de acolhimento pode desenvolver para a melhoria do processo de ensino aprendizagem?

Desse modo, como objetivo geral buscou-se analisar o processo de escolarização de crianças que se encontram em situação de acolhimento institucional sobre o papel da escola no processo de ensino aprendizagem das crianças acolhidas. E reconhecer a escola como importante espaço de acolhimento de socialização, onde as crianças irão sentir-se mais à vontade para levar um dia a dia mais leve dentro da rotina que comumente será direcionada e as mudanças que começarão a acontecer em suas vidas após a institucionalização, bem como sua função de ofertar um ensino igualitário e atencioso a todos.

A temática estudada se tornou de interesse a partir da vivência com crianças institucionalizadas e uma breve análise que surgiu através de uma conversa com alguém de dentro da instituição. Dessa forma, foi dada a curiosidade de pesquisar como se contextualizava a vivência escolar na vida dessas crianças e de que forma é o desenvolvimento do ensino aprendizagem para obtenção de resultados das mesmas.

Que em questão poderá contribuir com um arcabouço de conhecimentos sobre os

processos de escolarização de indivíduos que muitas vezes são discriminados e excluídos, até mesmo dentro do ambiente escolar. Faz-se necessário compreender as realidades desses sujeitos que estão nas instituições educacionais para que assim se consiga direcionar para um processo de intervenção mais propícia em seu percurso escolar.

Nesse sentido, é relevante estudos que visem a investigação e o desenvolvimento de sujeitos que se encontram em face do acolhimento institucional (SIQUEIRA; DELL"AGLIO, 2010). De acordo com Ferreira (2021, p. 7-8)

> ainda são necessários muitos estudos sobre a temática que contribuam para aumentar e aprofundar o conhecimento sobre os processos de escolarização e sobre os efeitos das desigualdades vivenciadas pelas crianças em situação de acolhimento nas suas trajetórias escolares.

Ressalta-se que

> cada criança é um indivíduo único, porém conhecer profundamente os comportamentos das crianças em geral, após seu afastamento do convívio familiar, bem como o perfil mais comum das famílias que veem a tutela de seus filhos retirada, pode contribuir com melhorias na maneira como os professores e demais profissionais das escolas lidam com esse público (FERREIRA, 2021, p. 8).

O levantamento de pesquisas que focalizam os processos de escolarização de crianças que vivem em instituições de acolhimento e sobre os modos como esta situação afeta o desempenho escolar, poderá contribuir para reunir parte do conhecimento sobre o tema e fornecer subsídios para uma reflexão sobre os processos de exclusão, discriminação e desigualdades vivenciados por estas crianças na escola e na sociedade.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica, que foi realizada por meio de levantamentos de referências teóricas publicadas em suportes físicos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, e websites, o que nos possibilitou uma melhor compreensão de um mesmo grupo social, a fim de produzir as informações encontradas sobre o tema.

A seguir, apresentaremos os resultados deste estudo. Em um primeiro momento, abordaremos um breve aporte histórico sobre o processo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no brasil, que vai abordar desde seu surgimento em meados do século XVIII, até os dias atuais. Em seguida, trataremos sobre uma breve reflexão sobre a relação entre acolhimento institucional e a escolarização como fator principal para o desenvolvimento do ensino aprendizagem.

2. Metodologia

O referido trabalho desenvolveu-se numa perspectiva pautada na pesquisa exploratória, qualitativa e bibliográfica. A pesquisa exploratória é um "tipo de pesquisa que tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses" (GERHARDT & SILVEIRA, 2009, p. 35).

Em se tratando da pesquisa qualitativa esta preocupa-se, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001). Marconi e Lakatos (2006, p. 271) dizem que a pesquisa qualitativa, "desenvolve-se numa situação natural; é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada".

Para a realização desse trabalho utilizou-se da pesquisa bibliográfica, por meio de dados secundários de obras que retratem a temática em questão, pois se deve analisar todo o material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com o material disponibilizado na Internet, uma vez que se pretende conhecer a realidade. A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. De acordo com Cunha (2001) realizar um levantamento bibliográfico é se potencializar intelectualmente com o conhecimento coletivo, para se ir além.

A pesquisa bibliográfica, permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Assim, para a realização desta pesquisa, foi feita uma revisão de literatura. As leituras realizadas durante esta pesquisa foram registradas, documentadas, por meio de anotações. As anotações tornaram-se um meio mais acessível, funcional, pois foram feitas em fichas. Deste modo, a elaboração de uma pesquisa bibliográfica neste trabalho está fortemente relacionada à especificação do tema da pesquisa científica que foi realizada.

3. Resultados e Discussão

3.1 Um breve aporte histórico sobre o processo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil

No Brasil, na época do Império, crianças nas condições de rua e abandono, recebiam tratamento jurídico semelhante aos que eram aplicados nos adultos através do código penal vigente, no qual os conflitos eram resolvidos por meio da privatização de liberdade (MIRANDA, 2017). O Estado não respeitava a condição singular desses indivíduos e não dava importância aos interesses individuais, como educação e assistência, eram realizadas pelas organizações filantrópicas e ordens religiosas, através das Santas Casas de Misericórdia (CUNHA; BOARINI, 2010).

> A história do acolhimento institucional reflete a história do Brasil. Os europeus navegadores e colonizadores trouxeram consigo a marca das desigualdades sociais. Havia relações de subalternidade, pessoas que lideravam e eram consideradas superiores, "gente de primeira", e pessoas que eram conduzidas para servir, consideradas inferiores, "gente de segunda". Começa assim uma relação superior inferior que vai compor a história social e cultural brasileira; aí se misturam fatores de classe, de raça e econômicos. O branco era visto como superior ao negro, ao índio ou ao mestiço, embora o branco pobre também fosse quase tão desvalorizado quantos estes últimos. No processo de colonização, as crianças índias eram retiradas de suas tribos e criadas nos colégios jesuítas para aprenderem os princípios religiosos e servirem como intérpretes dos colonizadores, influenciando seus pais para que fossem mais facilmente dominados (NOVOS RUMOS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, 2010, p. 18).

Diante deste contexto, surgiu o primeiro código para esses indivíduos, que se chamava Código de Menores (BRASIL, 1927), mais conhecido como Código de Mello Mattos (CMM), publicado em 1927. Nessa época, as crianças em situação de abandono eram vistas como atraso para a sociedade, que ameaçava a ordem do país, por esta razão eram usadas medidas repressivas (doutrina penal). É importante citar, que a mudança principal trazida com o Código, foi a suspensão da aplicação de penas repressivas, por meio de medidas de prevenção criminal e assistência, através das internações (MIRANDA, 2017).

Azevedo (2007) descreve o CMM com a doutrina conservadora que tem como objetivo preservar ordem da sociedade. Portanto, as crianças em situação de abandono, pobres ou tidas como delinquentes, na perspectiva do legislador e da sociedade, eram crianças irregulares e passariam a receber o acolhimento do Estado, pois esses menores ameaçavam a ordem da sociedade e um perigo para as pessoas 'do bem'.

Com o CMM, as crianças e adolescentes em situação de rua e abandono, passaram a ser tutelados juridicamente pela legislação, mesmo o Código de Mello sendo conservador

representou, indiretamente, um passo importante para serem promovidos os direitos humanos, que foram (re) afirmados apenas em 1948 na ONU pelo Brasil, ressalta Azevedo (2007).

Entretanto, o referido código entrou em declínio, pois o local onde as crianças e adolescentes eram abrigados, estavam sendo vistas como escola para o aprendizado de crimes. Por esta razão decadente do sistema, promulgou-se a Lei 4.513/64, a qual tinha como objetivo realizar um trabalho mais padronizado, planejado, sistematizado e com menos repressões aos menores (AZEVEDO, 2007).

Com a nova lei, criou-se a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), com autoridade sobre as subdivisões estaduais – Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor (FEBEM's). Em contrapartida, devido ao Brasil estar passando, nessa época, por grandes mudanças, como a má distribuição de renda, industrialização, o fácil acesso as armas, todos esses fatores contribuíram para piorar a questão social e aumentar o número de menores acolhidos nas instituições de abrigo.

A partir disso, foi criada a Lei 6.679/79 – Código de Menores de 1979, na tentativa de regularizar a situação dos menores. A lei resguardou a concepção básica do CMM, entendida como instrumento de controle social das crianças e adolescentes em situação de abandono, consideradas e percebidas como irregulares, uma ameaça para a sociedade e o Estado.

A responsabilidade sobre as crianças era dever conferido somente às famílias, o Estado agia apenas quando as crianças estivessem em condições irregulares de abandono, agindo de forma repressiva, pois o Estado não tinha a obrigação de proteger a família por meio de programas sociais e políticas públicas.

No final do século XX, por meio de uma nova constituição (BRASIL, 1988) e a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) que as crianças receberam mais visibilidade na sociedade e a família se tornou mais importante no processo da infância. Ademais, o Estado, a família e a sociedade têm o papel de colocá-los a salvo, ou seja, proteger as crianças de toda forma de negligência, discriminação, desacolhimento e desrespeito.

Segundo Santos (2013), o ECA (1990), recomenda a não institucionalização das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade familiar e social buscando, dessa forma, a valorização do papel da família nesse processo. Ou seja, o Estatuto se preocupa com a proteção em tempo integral das crianças, entendendo que, estes sujeitos têm direitos na sociedade, precisando da proteção do Estado, da família e da sociedade.

A Constituição Federal em seu artigo 227, respalda a afirmativa acima, descrevendo:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação,

> ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1998).

Partindo disto, as crianças e adolescentes garantiram seus direitos e passaram a ser tratados pelo legislador como pessoas, com proteção integral, crianças em situações especiais de desenvolvimento, que precisam de atenção, afinal, as crianças representam o futuro do país.

Com o surgimento e a implantação das políticas públicas, o acolhimento institucional ficou conhecido por se tratar de uma medida de proteção encontrada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e em caso de verificação onde a situação a qual os direitos da criança ou do adolescente estejam sendo ameaçados ou violados.

> Conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho tornou-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por parte da sociedade. A questão social sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam desigualdades e a ela resistem e se opõem (IAMAMOTO, 1999, p.27).

Dessa forma, as autoridades competentes tornam-se capazes de então poder determinar a medida de acolhimento institucional àquele que se encontrar em estado de violação de proteção, ressalta-se que este, é um procedimento conhecido por se constituir como provisório, ao qual será realizado apenas quando acabarem todas as possibilidades de permanência daquele menor junto à família, para que aja o serviço é necessário e preferível que a residência esteja inserida em uma comunidade e, tendo como público alvo crianças e adolescentes de 0 a 18 anos. Assim, deverá manter aspecto semelhante ao de uma residência, seguindo o padrão arquitetônico das demais residências da comunidade na qual estiver inserida (BRASIL, 2009, p. 68). O ECA é um documento que resguarda os direitos fundamentais como o de proteção alertado no Art. 101 no inciso VII que se trata dessa medida específica de proteção.

> Art. 4º Imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar elaborará um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário de autoridade judiciária competente (BRASIL, 2010, p. 66).

Posto isto, caso seja prejudicial para o jovem permanecer em uma casa ou família a qual sua segurança esteja sendo ameaçada, a instituição, que é importante lembrar, não substitui a família, e com todos os atendimentos adequados, tentará garantir as melhores condições para que a criança ou o adolescente consigam desenvolver uma vida saudável de forma a cumprir que seus direitos não sejam novamente violados. Essas instituições confirmam a prática social e reconhecem que a criança é um sujeito de direitos.

Assim sendo, as crianças e adolescentes amparados pela lei, iniciam então o começo da discussão sobressaltando os encargos que envolvem os responsáveis legais e o Estado no que faz relação a eles. No Artigo 101, inciso 7 do documento do ECA, ressalta que o acolhimento familiar ou institucional ocorrerá no local mais próximo à residência do pais ou do responsável. (BRASIL, 2010, p.67), para que desta forma, seja possível permanecer com o contato familiar. No mesmo documento destaca-se a importância de esforços tanto da parte do estado quanto da parte da família que o acolhimento não ultrapasse o período de dois anos, após o período estipulado é necessário que ocorra uma avaliação para que então seja devidamente tratado.

> Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. § 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses. (BRASIL, Art. 19, 2010, p. 17)

Entretanto, mesmo tratando-se de um acolhimento provisório é normal que se apresente mais permanente do que o previsto. E, comumente o que se faz a demora é a dificuldade a qual se encontram a dificuldade de estruturação das famílias e assim acabam por complicar o retorno aos lares de origem.

> Nos casos em que o motivo que ensejaria a aplicação da medida de abrigo [...] deve-se recorrer a medidas que preservem o convívio familiar e mantenham a família, a criança e ao adolescente em condições de segurança e proteção, como a inclusão imediata de todos seus membros conjuntamente em serviços de acolhimento para adultos com crianças ou adolescentes e acesso à moradia subsidiada, dentre outras (BRASIL, 2009, p. 24)

Entende e afirma-se que a parceria entre o serviço de acolhimento e a escola é de fundamental importância, uma vez que a instituição de ensino se tornará o principal meio de convivência social assegurada como direito do indivíduo. E para que essa relação possa fluir é necessário serem desenvolvidas ações entre os órgãos competentes de alinhamento de serviços, para então assim se fazerem permanentes, com um único objetivo de atender a criança da melhor forma, e acompanhar o seu desenvolvimento. Sempre que possível tomar alguns cuidados para que esta comunicação seja a mais satisfatória possível para todos os inclusos e inclusive, facilitar também o convívio da família de origem na escola, favorecendo assim o desenvolvimento escolar.

Foi previsto ainda a inclusão dessas crianças em programas e atividades de cunho social proporcionados pelo governo, tais como o programa Mais Educação e inúmeras outras ações voltadas a escola. Bem como, ações que conscientizem professores e outros profissionais

atuantes da escola para que se tornem agentes facilitadores na integração dessas crianças, principalmente em ambiente escolar.

É sabido que historicamente, as instituições destinam-se ao atendimento e acolhimento de crianças em situação de vulnerabilidade social, mas sempre trabalhando com caráter filantrópico ou assistencialista. Logo mais, outras instituições também foram criadas, tais como creche, asilos e orfanatos (MARTINS, 2007).

É de extrema importância frisar que as instituições de acolhimento, ao passar dos anos também passou por inúmeras mudanças para que conseguissem ir se adequando às exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente. Pois, anteriormente a isto era comum encontrar os acolhimentos feitos, em sua maioria, de pavilhões com grandes grupos de crianças e adolescentes agrupados e divididos por gênero. Posteriormente, houve uma mudança e assim passou a ser um atendimento de grupos menores formados e ajustados por gênero e idade e priorizava-se que morassem em unidades residenciais, mais conhecidas e melhor descritas como casas-lares.

Haja vista que, encontrando-se em um cenário de violações dos direitos das crianças e adolescentes, e dentro das manifestações sociais que lutam em defesa da promoção, da proteção, da defesa e da garantia de direitos destes, o processo de abertura democrática no Brasil culminou na promulgação da CF/88. Onde o artigo 227 da CF/88 assegura a prioridade aos direitos de todas as crianças e adolescentes brasileiras, responsabilizando a família, a sociedade e o Estado desse dever, objetivando modificar o tratamento que é dado a eles. (BRASIL, 1988).

Com toda mudança decorrente deste processo de acolhimento é importante relevar que a reorganização que trouxe uma nova ordem a esses serviços possui o propósito de repensar e sempre estimular melhoras tanto dos serviços prestados quanto das estruturas.

> O Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef –, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS – e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH – têm dado apoio ao reordenamento dos serviços de acolhimento, sustentando a viabilização das resoluções e normas aprovadas e promovendo inúmeros eventos de sensibilização e formação pelo país, envolvendo todos os agentes operadores do Sistema de Garantia de Direitos (BRASIL, 2010).

É entendido que com as mudanças e, na sua maioria positivas seja possível mudar também as culturas, os hábitos, o jeito de pensar e agir diante de todas as situações, para que essa atinja os valores desejáveis a qualquer ser humano. Para conduzir e chegar ao objetivo desejado é necessário ousadia, cuidado, zelo e coragem de iniciar e correr atrás e isso tudo somente se torna concreto quando as organizações envolvidas começam a tomar posse e agir de forma independente, atuando no processo individual para que seja viável e todos almejem.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária instituiu dois tipos modalidades de acolhimento para buscar atender de forma a garantir que esses cuidados temporários sejam efetuados da melhor maneira, principalmente para aqueles que se encontram em maior vulnerabilidade e risco social.

As modalidades são definidas em dois tipos

> O acolhimento familiar se dá quando o atendimento é feito por famílias já constituídas (Famílias Acolhedoras) que são preparadas e acompanhadas por um programa específico.
> O acolhimento institucional se dá em uma instituição especialmente planejada para isto, podendo ser uma casa de passagem, um abrigo institucional, uma casa-lar ou uma república.

Para que ambas aconteçam é necessário a apresentação de um projeto muito bem profissionalizado e assim definir que trabalha em situação de alta complexidade emergenciais a serem atendidas com direitos garantidos.

Nesta perspectiva, com o passar dos anos e as lutas frequentes por direitos humanos, é entendido que há neste mundo quem consiga sobreviver sem o auxílio de uma rede de apoio bem estruturada e, nos casos de acolhimento não é diferente, pois aquele ser humano, mesmo que ainda muito pequeno ou não já vêm construindo uma rede de relações em função de suas necessidades materiais e afetivas, além do desenho de seu projeto de vida e assim sendo, a rede responde e contribui para o sentido de pertencimento e identidade pessoal e social. É a saída do isolamento, da solidão, e a maior fonte de proteção.

> Crianças e adolescentes têm o direito a uma família, cujos vínculos devem ser protegidos pela sociedade e pelo Estado. Nas situações de risco e enfraquecimento desses vínculos familiares, as estratégias de atendimento deverão esgotar as possibilidades de preservação dos mesmos, aliando o apoio socioeconômico à elaboração de novas formas de interação e referências afetivas no grupo familiar. No caso de ruptura desses vínculos, o Estado é o responsável pela proteção das crianças e dos adolescentes, incluindo o desenvolvimento de 16 programas, projetos e estratégias que possam levar à constituição de novos vínculos familiares e comunitários, mas sempre priorizando o resgate dos vínculos originais ou, em caso de sua impossibilidade, propiciando as políticas públicas necessárias para a formação de novos vínculos que garantam o direito à convivência familiar e comunitária. (Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. BRASIL, 2009, P. 06)

E assim, vai se notando que tudo começa no seio familiar, que é conhecida e explorada por significar o apoio inicial e ficou conhecida como rede primária, pois dela vem a proteção e a segurança que são necessárias para início da vida. Como rede secundária é tida como todo o círculo de convivência da pessoa, tais como escola, igreja, posto de saúde, esporte e lazer. Dessa maneira, acomodando e dando suporte para mostrar que o lugar de acolhimento não é um lugar de falta e nem de solidão, fazendo com que os dias se tornem melhores e mais fáceis.

As mudanças aconteceram também no tempo de proteção, de acordo com o Art. 19 do Eca, *não definia o prazo máximo para a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional*, e a partir da aprovação da Lei 12.010/09 (LNA), a criança não deverá ficar abrigada por mais de dois anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

ECA, o PNCFC e a Lei 12.010/09 (LNA) indicam a necessidade da urgência no trabalho a ser desenvolvido com esta população e se as crianças têm família, então é necessário fazer o investimento no fortalecimento desse vínculo e no retorno para ela, que vista ao Estado é o melhor a ser feito; caso isso não seja possível, prevê-se a colocação da criança em família substituta por medidas judiciais através de guarda, tutela ou adoção. Caso nada disso venha a acontecer, é necessário haver um projeto específico de acompanhamento pois elas não podem ficar soltas no espaço.

> A tarefa de reinserção familiar pode ser articulada pela instituição de acolhimento, que está com a criança sob a sua guarda e sob o seu olhar – e os índices de sucesso na reintegração familiar ou de adaptação à família substituta são tão importantes que, com a aprovação da Lei 2.010 (LNA), tornaram-se critério para a renovação do registro da entidade de acolhimento institucional no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (Art. 90, § 3, inciso III – ECA).

Nesta perspectiva, durante muito tempo e vivenciado na realidade, que normalmente muitas crianças que cresceram em instituições não voltaram para suas famílias e não conseguiram ser adotadas e assim, acabaram por se tornarem órfãs de pais vivos, foram esquecidas, e não existia nenhum projeto de futuro para elas, e então aos 18 anos eram obrigadas a deixar as instituições, sem mesmo saber para onde ir ou o que fazer.

É dentro de tudo o que já aconteceu e para uma visão de um melhor futuro que as novas leis e os novos projetos estão se remodelando para abraçar a causa e mudar. Hoje, a vivência diante da realidade das casas-lares a reinserção em algum grupo familiar pode ser um indicativo de sucesso no trabalho do serviço de acolhimento institucional, mas sempre será um grande desafio.

3.2 Reflexões sobre a relação entre acolhimento institucional e escolarização

Sabe-se que o indivíduo está exposto ao aprendizado e ao desenvolvimento desde o momento de seu nascimento, e é principalmente na fase da infância que essa aprendizagem tende a ser mais explorada, pois é o momento da curiosidade das novidades apresentadas pelo mundo e suas descobertas. E é a partir do contato social que a criança vai ter a oportunidade de adentrar ao mundo de conhecimentos que serão adquiridos por todo o percurso de sua vida.

O indivíduo passa por um processo de amadurecimento e descobertas dentro da sua própria cultura, e através do qual aprende um conjunto de comportamentos sociais, normas e códigos de valores, que lhe permitirão então poder tornar-se um ser social (SANTOS, 2009). Esse processo é conhecido como socialização e que carrega consigo funções importantes como preparar o indivíduo para os papéis sociais fornecendo-lhe o repertório necessário de hábitos, crenças, valores, padrões de reação emocional e modos de percepção, bem como habilidades e conhecimentos requeridos que são repassados de geração em geração (. SANTOS, 2009).

O autor afirma que:

> Há três tipos de socialização: a primária, vista como a família, a secundária, como a escola – instituição de formação –, e a terciária, que é o espaço público. Todas elas são um processo contínuo de extrema importância para o indivíduo na assimilação de hábitos, cultura e desenvolvimento próprio. A socialização primária faz parte da vida do indivíduo desde o seu nascimento, e é a família quem o ensina coisas básicas do dia a dia, como hábitos alimentares, higiênicos etc. A terciária traz o espaço público, as ruas e os meios de comunicação como principais agentes da socialização que acontece entre a criança e o meio com o qual ela está em contato. E a secundária, a qual deixamos por último por ser nosso objeto de estudo, consiste nas instituições escolares, que possuem o papel de favorecer o desenvolvimento cognitivo do aluno, acolhendo-o, ajudando-o na construção de sua identidade, assim como ensinando-o sobre os conhecimentos acumulados do mundo (SANTOS, 2009, p. 54).

Nessa perspectiva, a presença da escola na vida das pessoas em geral e principalmente para as abrigadas exerce uma das funções mais importantes. Legnani e Almeida (2008) comentam sobre a importância da boa relação entre aluno e professor, analisando que tal relação pode ser indiretamente terapêutica nos casos em que o professor exerce o ato educativo de forma ética.

> [...]fundamental importância do papel do professor no processo de desconstrução do fracasso escolar. [...] a relação da criança com a escola, quando esta não esvazia seu papel de socializar o conhecimento humano e o faz de forma ética, respeitando o aluno enquanto um sujeito capaz de recriar a si próprio e sua própria cultura, acaba por gerar mudanças significativas e operar efeitos terapêuticos no aluno com sérias dificuldades no processo de escolarização (LEGNANI; ALMEIDA, 2008, p. 48).

Entende-se que existem diversos conflitos no meio escolar quando o assunto é sobre alunos idealizados e alunos reais, os quais são comuns de acontecer, entretanto é necessário voltar uma atenção a isso para que não se atinja alunos e nem professores de modo a gerar violência verbal e física. Uma vez que, em um local como a escola é normal que diversas relações sejam criadas, tanto na construção de personalidades, quanto pode gerir um sentimento de raiva, repúdio, indignação e o fortalecimento de preconceitos, como também para a desconstrução de tudo isso. Assim, se entende que a educação vai ser usada como instrumento de inclusão, principalmente quando se rompe a ideia daquela categoria idealizada de alunos e

passa a aceitar a diversidade, oferecendo condições pedagógicas compatíveis com as diferenças e as inúmeras realidades existentes.

Serikawa (2015, p. 37) afirma que:

> Crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional vivenciaram em suas famílias situações produtoras de vulnerabilidades física e/ou psicológica e por isso, foram afastadas de seus lares até que tivessem condições para novamente recebê-los. E que todo o processo citado envolve sofrimento psíquico para esses sujeitos, os quais, durante o acolhimento, necessitam de proteção, afeto, apoio e atenção para lhes proporcionar o devido desenvolvimento social e subjetivo.

Em acordo com a autora citada, explorar e analisar quais são os maiores impasses para que seja possível atingir os objetivos e os profissionais juntamente com as instituições envolvidas no processo de inclusão e exclusão escolar desses jovens evitando assim que nestes processos estes apresentem suas dificuldades na escola, bem como evitar que esses alunos sejam rotulados como problemáticos, traumatizados e, por isso, vistos como incapazes de aprender e socializar.

Continuando com a pesquisa de Serikawa (2015) este processo citado acima pode acarretar, inúmeras dificuldades futuras na vida desses alunos, sendo assim é extremamente necessário que as suas dificuldades sejam minimizadas e cuidadas por uma instituição que esteja apta para respeitá-los e fornecer um ensino com qualidade. A autora por sua vez, julga ser essencial transpassar, para a prática educativa as leis que já existem e que garantem a essas pessoas em situação de acolhimento institucional a condição de sujeitos de direitos.

> A criança e ao adolescente institucionalizados são revitimizados nas escolas, sofrem novamente desrespeito e violação dos seus direitos básicos, entre eles, inclusive, o mais básico que é a recusa em aceitá-los no ato da matrícula. Percebeu-se, no entanto, que mesmo passando por situações de desrespeito, esses sujeitos se mostraram resilientes e superaram muitos obstáculos com estratégias criativas e com uma alegria genuína. A autora aponta ainda que para vivenciar esse importante aprendizado que nos ensinam essas crianças e adolescentes é preciso despir-se dos preconceitos, da piedade e do assistencialismo com que os observamos e simplesmente escutá-los e respeitá-los como sujeitos (SILVEIRA, 2019, p. 51).

Nesta perspectiva tem que ser entendido que a inclusão pode ser definida como sendo um processo dinâmico em que um indivíduo ou grupos minoritários e maioritários, se incorporem e compartilhem a mesma estrutura social, promovendo o respeito mútuo pelas identidades sociais e culturais de cada um (SANTOS, 2009). Há ainda um “processo no qual um grupo étnico consegue manter a sua individualidade, ao mesmo tempo em que participa de forma igualitária na sociedade que o acolheu” (SANTOS, 2009, p. 28). Sendo assim, a construção de uma ação harmônica e recíproca dos indivíduos de uma determinada sociedade

e não somente, um esforço de adequação daqueles que se encontram em lados opostos do que se é considerado padrão.

> É na escola que se constrói parte da identidade de ser e pertencer ao mundo; nela adquirem-se os modelos de aprendizagem, na aquisição dos princípios éticos e morais que permeiam a sociedade; na escola depositam-se as expectativas, bem como as dúvidas, inseguranças e perspectivas em relação ao futuro e as suas próprias potencialidades (BORSA, 2007, p. 2).

Portanto, fica nítido que a escola exerce um papel importante na construção ou reconstrução na vida de crianças institucionalizadas, que através de medidas protetivas devem ser mantidas distantes de suas famílias originárias. Logo caberá a todos os órgãos envolvidos trabalharem com o mesmo direcionamento em prol de uma formação completa e eficaz a todos.

Classificando-a como oportunidade, deve-se a inclusão e o respeito a diversidade ser um dos princípios mais vigentes para que consigam evitar o fracasso e o aumento no número de evasão escolar. O fracasso escolar surge como sendo uma patologia recente, e intensificado por uma série de fatores sociais. É visto na realidade que, as chances de igualdade para todos e de classes sociais diferenciadas sempre esteve longe se concretizar, mas, o discurso a respeito do assunto, surge dentro do período da Modernidade, onde trouxe consigo a mistura dos povos e suas classes diferenciadas.

Até o final do século XIX e o início do século XX para ter os meios para sobreviver era necessário passar a atualizar seus métodos e adequá-los com os métodos modernos, para que conseguissem acompanhar a economia do mercado da industrialização. Aqueles que não tiveram a oportunidade de frequentar uma escola, se encontravam em uma situação complicada, uma vez que a nova ordem econômica exigia trabalhadores cada vez mais competentes. E as crianças de todos os meios e classes sociais passaram a ser obrigadas a frequentar e a seguir com sua escolaridade, mas sabe-se que mesmo com tal obrigatoriedade, jamais foi levado em consideração a igualdade de oportunidades diante da diferença de classe social.

> As crianças e adolescentes institucionalizadas, assim como qualquer outro indivíduo da mesma idade, passam por crises em seu desenvolvimento, não devemos ‘sentir pena’, e sim conhecer e respeitar a sua história, se aproximar deles para ajudá-los. A maioria dos alunos acolhidos se desestabiliza por viver um ‘tempo de espera’ carregado de ambivalências e de incertezas, desejos e preocupações, tais como - retornar ou não a sua família de origem, ser adotado ou permanecer acolhido (D’ANDREA, 2012).

Pois, reafirma a autora que “ainda que de um modo diferente do de um adulto, também para a criança o futuro é fonte de esperança e de temores (D’ANDREA, 2012, p.82). Desse modo, a figura do professor, na maioria das vezes, é quem poderá ajudar essa criança e/ou adolescente, mostrando que se importa com ele, e dando um novo direcionamento a sua vida.

Mas, para que isso aconteça é necessário com que o professor conheça o aluno que está institucionalizado, a sua história para chegar até ali, pois esses estudantes necessitam de um olhar mais cuidadoso, um acompanhamento especializado em todo seu processo de desenvolvimento escolar. E essa ação somente será facilitada se o estudante possuir confiança para falar sobre sua vida e todos os acontecimentos, e que poderá ser acessado pelos professores para pensar a melhor forma de ajudá-los e acolhe-los.

> Devem ser organizados registros diários de cada criança e adolescente, nos quais conste relato sintético sobre a rotina, progressos observados no desenvolvimento, vida escolar, socialização, necessidades emergentes, mudanças, encontro com familiares, dados de saúde, etc. A equipe técnica do serviço de acolhimento deverá organizar prontuários individuais com registros sistemáticos que incluam: histórico de vida, motivo do acolhimento, data de entrada e desligamento, documentação pessoal, informações sobre o desenvolvimento (físico, psicológico e intelectual), condições de saúde, etc. [...] (BRASIL, 2009, p. 14).

Dessa forma, a escola como sendo espaço de socialização e espaço de aprendizagem se torna fator essencial em todo esse processo, uma vez que os conhecimentos e as habilidades são adquiridos e/ou modificados com o passar dos anos e o desenvolver do ser humano. A aprendizagem acontece quando a informação é repassada ao indivíduo, já o processo de aprendizagem é constituído desde o nascimento até a vida adulta, pois, a busca pelo conhecimento encontra-se em constante adaptação. Diante disso, Pinto (2014, p. 10) afirma que

> A função da escola na vida das adolescentes em situação de acolhimento institucional e sobre o papel da Casa Família para os mesmos, concluiu que cabe à escola o compromisso de promoção da inclusão, para assim contribuir efetivamente para a construção emergente da resiliência. Já a Casa Família, o seu papel de promotora de direitos e de resiliência tem sido cumprido, mas precisa de apoio especializado para continuar seu trabalho com qualidade.

É de extrema importância que a criança e adolescente institucionalizados possam ter vivências fora da instituição de acolhimento e da escola, como qualquer outra criança e adolescente de sua idade, ajudando no desenvolvimento e na sua socialização, como “receber seus colegas nas dependências do serviço como participar, por exemplo, de festas de aniversário de colegas da escola. Em síntese, no convívio comunitário devem ser proporcionadas também experiências individualizadas” (BRASIL, 2009a, p. 16).

Sendo assim, é extremamente importante manter o interesse dos alunos na escola, dessa forma, mantê-los indo a escola sozinhos ou acompanhados de amigos para preservar a naturalidade do dia a dia, mas sempre lembrando que as institucionalizadas devem estar acompanhadas por algum responsável mesmo que se mantendo distante, para que estas não fracassem e parem de frequentar a mesma, de acordo com a autora supracitada diante de uma entrevista realizada com alunos acolhidos, percebeu-se que

> O significado da escola atribuído pelas adolescentes entrevistadas, as respostas se diferem em vários aspectos: algumas consideram o espaço escolar prazeroso, outras o consideram penoso. Fica claro no discurso das adolescentes que há uma insatisfação com a forma com que a escola lida com a situação de acolhimento institucional, principalmente no que se refere ao tratamento com esta especificidade. Não foi possível identificar até que ponto a escola promove eventos de socialização para essas adolescentes, de maneira que estimule o respeito à diferença ou fomentando ações de exercício de convivência amistosa entre os atores da comunidade escolar (PINTO, 2016, p. 59).

É enfatizado na entrevista, opiniões opostas quando o assunto é a vivência na escola, mostrando quão necessário é o engajamento para que não haja um fracasso escolar e principalmente com os alunos acolhidos, pois diante da realidade apresentada dentro da escola pode se tornar o maior incentivador da atitude a ser escolhida. Sendo assim, o autor explica que do ponto de vista da psicanálise o fracasso escolar pode sim estar ligado a um conflito entre os diferentes modos de identificação do sujeito para satisfazer a demanda que supõe o outro (CORDIE, 2006).

Essas dificuldades escolares são encontradas devido a imparcialidade da instituição, como explica Couto (2012, p. 50)

> Aprender é um desejo e Freud diz que esse movimento decorre da pulsão de querer saber. A inibição intelectual é como uma anorexia. O termo inibição nomeia um mecanismo de parada ou bloqueio, podendo ser um obstáculo à pulsão na inibição, a defesa suspende o desprazer, bloqueando, ao mesmo tempo, a cadeia de pensamento ou lembrança. Na medida em que um pensamento se torna um estorvo, o sujeito para de pensar, ou seja, tem seu pensamento inibido.

Esses mecanismos acabam por se tornar algo real atingindo também o laço social do indivíduo. Pois bem se sabe que o sucesso está diretamente ligado à satisfação que o ser humano se sente com o poder ter, fazer e ser, assumindo uma posição que muitas vezes tende a falhar futuramente. Em nossa sociedade, as coisas se complicam quando o desejo de se ter não é oportunizado a todos e isso acontece devido a diferenciação de classe social, que é tão vigente no Brasil. As crianças acolhidas pelas instituições, se percebe em situação de serem obrigadas a repartir o pouco que tem, enquanto assistem a algo na televisão e vendo através das publicidades a existência de brinquedos cada vez mais tecnológicos.

É necessário sempre buscar mostrar a função que a escola exerce na vida dessas crianças e adolescentes, segundo Pinto (2016) foi observado que as crianças e os adolescentes apresentavam certo desprezo em relação à escola, indiferença aos colegas, às professoras, à falta de apreço ao material escolar, percebia-se uma não identificação com o sistema escolar, tornando a experiência, no mínimo, inquietante.

E para as crianças que possuem relação com as casas de acolhimento, a escola torna-se um ambiente ainda mais difícil, pois existem muitos desencontros dentro da instituição,

acontece de o responsável pela criança acolhida nem sempre comparecer quando chamado para uma reunião ou em algum evento, e é comum ocorrerem frequentes mudanças desse responsável, dificultando ainda mais a comunicação. A dificuldade encontrada por motivos de mudanças de residências, e bem como as constantes mudanças dos educadores sociais, por variações de turnos e também há troca de equipamentos, ocasionando assim algumas falhas no ensino aprendizagem destas crianças.

Assim sendo, "a aprendizagem e a não aprendizagem sempre são relatadas como algo individual, inerente ao aluno, um elemento meio mágico, ao qual o professor não tem acesso – portanto, também não tem responsabilidade" (LEGNANI; PEREIRA 1994, p.26). E, ainda se tratando do perfil das crianças acolhidas é importante ressaltar que as professoras unanimemente alegam que a ausência da família é o principal fator do "fracasso escolar" destes alunos, além da condição de acolhimento que não garante direitos relacionados à afetividade que permitam favorecer um desenvolvimento intelectual e de autoestima, de modo a justificar a deficiência no rendimento escolar dessas crianças e assim acaba por serem prejudicados diante da fragilidade das relações que são estabelecidas, como por exemplo a perda do convívio familiar, o compartilhamento dos bens materiais, falta de individualidade e privacidade em suas necessidades são as mais afetadas.

A pesquisadora atuante Shirley Abreu (2010), destaca em sua pesquisa sobre a criança em acolhimento institucional que

> Direito humano à educação infantil, analisou o processo de institucionalização de crianças de 0 a 5 anos de idade, através da medida de acolhimento institucional, considerando o direito humano à educação infantil no município de João Pessoa/PB. Na pesquisa foram realizadas entrevistas e relatos foram analisados através de procedimentos qualitativos de categorização e análise de conteúdo. Durante a pesquisa também foram realizadas consultas a documentos contendo informações acerca do processo de institucionalização de crianças (2010, p. 28).

Nesta perspectiva, a autora ressalta a diferença ocasionada na vida das crianças que atuam dentro da escola, que participam e se sente acolhidas e como pequenas e simples atitudes são capazes de mudar a percepção e mostra o quanto a educação é importante não somente para a evolução do ser humano como se torna fundamental em alguns casos ao fornecer proteção das crianças, além da garantia de direitos básicos como a educação e a moradia digna, e alinhadas a outras políticas públicas, tende a contribuir até para que não seja necessário consequências maiores para eles.

Em outras palavras, para além da sistematização dos conteúdos, cabe à escola contribuir diretamente para a boa formação social de alunos institucionalizados, de modo que a escola deve proporcionar a eles um ambiente acolhedor e que favoreça a convivência social, dentro de

uma comunidade e a aprendizagem, bem como direcionar atenção e cuidados com seus alunos para a prevenção de situações ruins a eles e que causem qualquer risco, tais como abandono, negligência, conflitos familiares, entre outros.

Para que isso seja possível de acontecer, são necessários um acompanhamento especializado por parte dos integrantes que ocupam cargos de professores e gestores escolar, de forma a não ocasionar preconceitos dentro da instituição que devem acolhê-los, buscando promover situações as quais o façam se sentir à vontade para estarem ali com o objetivo de mudanças em suas vidas, fazendo com que os alunos se sintam pertencentes ao meio em que estão inseridos tendo um ensino de qualidade, igualitário e de forma amorosa e inclusiva.

4. Considerações Finais

O presente estudo dedicou-se a contextualizar sobre as crianças em situação de acolhimento institucional e o desenvolvimento do seu processo de escolarização, permitindo-nos compreender o contexto do ensino aprendizagem dos mesmos.

Ademais, o estudo teve como objetivo geral analisar o processo de escolarização de crianças que se encontram em situação de acolhimento institucional a partir da literatura produzida sobre o tema. Tais informações contribuirão para gerar discussões sobre novas possibilidades de ensino através de intervenções direcionadas a essas instituições, aos jovens, aos profissionais envolvidos e as famílias.

Dentro do contexto estudado evidenciou-se a necessidade de capacitação e projetos de intervenção para os profissionais que atuam diretamente com este público, de modo a ajuda-los a contribuir de maneira a atender melhor os acolhidos, para que todos juntos consigam transformar a escola em um espaço que favoreça verdadeiramente o desenvolvimento integral destes alunos e assim, evitando o fracasso escolar. Nesse sentido, é sugerido a inclusão de um profissional de psicopedagogia nesses espaços, e sobretudo, em decorrência da capacidade deste profissional atuar junto aos processos de aprendizagem e desenvolvimento humano.

O presente trabalho mostra como surgiu os acolhimentos de crianças e adolescentes com vulnerabilidade familiar e social, sendo de suma importância para os profissionais da área da educação conhecerem a história e como se deu o processo dos acolhimentos e do ensino-aprendizagem das crianças. É evidente a necessidade de profissionais capacitados para saber lidar com qualquer situação com as crianças nos acolhimentos e na escola. A pedagogia nesses espaços é importante, pois permite que o profissional organize e articule as práticas pedagógicas para o processo de formação das crianças e adolescentes.

Por fim, esta pesquisa cumpre com seu objetivo. Contudo, cabe aqui apontar a limitação de natureza amostral, todavia, não invalida o estudo, mas demanda com que os resultados sejam pensados de forma mais crítica e humanizada a respeito do tema.

Referências

AZEVEDO, Maurício Maia de. **O Código Mello Mattos e seus reflexos na Legislação Posterior**. Ano – 2007. Disponível em: http://www.tjrj.jus.br/institucional/dir_gerais/dgcon/pdf/monografia/magistrados/2007/codigo_mello_mattos_seus_reflexos.pdf. Acesso em: 02 nov. 2022.

BORSA, Juliane Callegaro. **O papel da escola no processo de Socialização Infantil.** Psicologia.pt, [S. l.], p. 1- 5, jul. 2007. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0351.pdf. Acesso em: 05 nov. 2022.

BRASIL, Câmara dos Deputados**. Estatuto da Criança e do Adolescente**. 7ª ed. Brasília, 2010.

BRASIL, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2009.

BRASIL, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2009.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 17.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BRASIL. Decreto Nº 17.943-A de 12 de Outubro de 1927. **Consolida as leis de assistência e proteção a menores**, DF: Presidência da República, [1927]. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm. Acesso em: 06 nov. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. **Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927**. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Código de Menores. 1927. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm. Acesso em: 02 nov. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Institui o Código de Menores. 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm. Acesso em: 02 nov. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 nov. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 02 nov. 2022.

CORDIÉ, Anny. **Os atrasados não existem: psicanálise de crianças com fracasso escolar**. Tradução de Sônia Flach e Marta D"Agord. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

COUTO, Margaret Pires. **O fracasso escolar: o que a clínica ensina?**. Belo Horizonte: Scriptum, 2012.

CUNHA, C. C.; BOARINI, M. L. A infância sob a tutela do Estado: alguns apontamentos. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 208-224, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v12n1/v12n1a17.pdf. Acesso em: 02 nov. 2022.

CUNHA, M. B. da. (2001). **Para saber mais:** fontes de informação em ciência e tecnologia. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 168p.

FONSECA, J. J. S. (2002). **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, Apostila.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (2009). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS.

D'ANDREA, A. **Tempo de espera: como vivem as crianças, o casal e os trabalhadores sociais à espera da adoção.** Tradução de Luci Moreira da Costa. São Paulo: Instituto de Terapia Familiar de São Paulo - ITFSP, 2012.

FERREIRA, Mayara Estefani da Silva. **A escolarização de crianças em situação de acolhimento institucional**. [Manuscrito] / Mayara Estefani da Silva Ferreira. – 2021.

FONSECA, Renato Luiz da Silva; KELLY, Roberta Ecleide de Oliveira Gomes. **Acolhimento institucional: dos caminhos da história ao relato de experiência de atendimento de crianças e adolescentes na construção e perspectiva da autonomia**. Acolhimento em Rede, [S. l.], p. 1-26, 2016. Disponível em: https://www.fazendohistoria.org.br/s/ArtigoRenato.pdf. Acesso em: 13 nov. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Riode Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LEGNANI, Viviane Neves; ALMEIDA, Sandra Francesca Conte de. **Desejo de aprender: um estudo de caso**. EducAtiva, Goiânia, v. 1, n. 1, jan./jun. 2008. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:l1VIHUgojZUJ:seer.ucg.br/index.p h p/educativa/article/download/657/509+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em 13 nov. 2022.

LEGNANI, Viviane Neves; PEREIRA, Josy Borges Gullo Ramos. **Concepções dos professore sobre medicalização no contexto escolar.** Ensino em Re-Vista. v. 22, n. 1, jan./jun. 2015. Disponível em: < http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/30694/16760. Acesso em 03 de nov de 2022.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. (2006). **Metodologia cientifica**. 4ªed revista e ampliada. São Paulo. Atlas.

MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns; ÁLVAREZ, Patrícia (orgs). **O sujeito que aprende: diálogo entre psicanálise e o enfoque histórico-cultural**. Brasília: Liber Livro, 2014.

MARTINS, Maria Aparecida Camarano. **Os relacionamentos constituídos no trabalho pedagógico da educação infantil envolvendo crianças abrigadas: uma análise em busca do sentido da qualidade**. Brasília: UnB, 2007. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

MINAYO, M. C. S. (Org.). (2001). **Pesquisa social: Teoria, Método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 80 p.

MIRANDA, G. L. de. **Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes: feedback effects, inflexões e desafios atuais**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 201-218, 02 nov. 2022.

PINTO, Elismária Catarina Barros. **A escola na vida de adolescentes em situação de acolhimento institucional: narrativas e percepções**. 2014. 141f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2014.

PINTO, Helen. **Um estudo da percepção das professoras sobre crianças em situação de acolhimento institucional**. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário La Salle, Canoas, 2016.

PLATÃO. **O banquete**. Trad. José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

REUD, Sigmund (1930). **O mal-estar na civilização**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

SANTOS, Ana Maria Augusta dos. **Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes: Mudanças na História Brasileira**. Ano – 2013, 13p. Disponível em: http://www.cressmg.org.br/arquivos/simposio/ACOLHIMENTO%20INSTITUCIONAL%20DE%20CRIAN%C3%87AS%20E%20ADOLESCENTES%20MUDA%C3%87AS%20NA%20HIST%C3%93RIA%20BRASILEIRA.pdf. Acesso em: 02 nov. 2022.

SANTOS, Ana Sofia Carvalho da Silva. **(In)sucesso de crianças e jovens institucionalizadas**. Lisboa: ISCSP, 2009. Dissertação de Mestrado – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa.

SANTOS, Ana Sofia Carvalho da Silva. **(In)sucesso de crianças e jovens institucionalizadas.** Lisboa: ISCSP, 2009. Dissertação de Mestrado – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa.

SERAFIM, Oziléia Clen Gomes. **A Educação e seus impasses na contemporaneidade.** In: COHEN, Ruth Helena Pinto (org.) Psicanalistas e educadores: tecendo laços. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009. p. 139 – 160.

SERIKAWA, Fernanda Mendes. **A inclusão/exclusão escolar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional**. 2015. 97 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SILVEIRA, Alcione Januária Teixeira da. **Escolarização de adolescentes institucionalizados em locais de acolhimento: entre estigmas, conflitos e insucesso escolar.** 2019. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **Crianças e adolescentes institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social**. Psic.: Teor. e Pesq. [online]. 2010, vol.26, n.3, pp.407-415. ISSN 0102-3772. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ptp/a/BWD4kKG3WZ7M3KMQq8ShXjJ/?lang=pt. Acesso em 10 de Outubro de 2022.

ANEXO

RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT - ISSN 2525-3409

Diretrizes para Autores

1) Estrutura do texto:

- Título em português, inglês e espanhol.
- Os autores do artigo (devem ser colocados nesta sequência: nome, ORCID, instituição, e-mail). OBS.: O número do ORCID é individual para cada autor, e ele é necessário para o registro no DOI, e em caso de erro, não é possível realizar o registro no DOI).
- Resumo e Palavras-chave em português, inglês e espanhol (o resumo deve conter objetivo do artigo, metodologia, resultados e conclusão do estudo. Deve ter entre 150 a 250 palavras);
- Corpo do texto (deve conter as seções: 1. Introdução, na qual haja contextualização, problema estudado e objetivo do artigo; 2. Metodologia utilizada no estudo, bem como autores de suporte a metodologia; 3. Resultados (ou alternativamente, 3. Resultados e Discussão, renumerando os demais subitens); 4. Discussão e, 5. Considerações finais ou Conclusão);
- Referências: (Autores, o artigo deve ter no mínimo 20 referências as mais atuais possíveis. Tanto a citação no texto, quanto no item de Referências, utilizar o estilo de formatação da APA - American Psychological Association. As referências devem ser completas e atualizadas. Colocadas em ordem alfabética crescente, pelo sobrenome do primeiro autor da referência. Não devem ser numeradas. Devem ser colocadas em tamanho 8 e espaçamento 1,0, separadas uma das outras por um espaço em branco).

2) Layout:

- Formato Word (.doc);
- Escrito em espaço 1,5 cm, utilizando Times New Roman fonte 10, em formato A4 e as margens do texto deverão ser inferior, superior, direita e esquerda de 1,5 cm.;
- Recuos são feitos na régua do editor de texto (não pela tecla TAB);
- Os artigos científicos devem ter mais de 5 páginas.

3) Figuras:

O uso de imagens, tabelas e as ilustrações deve seguir o bom senso e, preferencialmente, a ética e axiologia da comunidade científica que discute os temas do manuscrito. Obs: o tamanho máximo do arquivo a ser submetido é de 10 MB (10 mega).

As figuras, tabelas, quadros etc. (devem ter sua chamada no texto antes de serem inseridas. Após a sua inserção, deve constar a fonte (de onde vem a figura ou tabela...) e um parágrafo de

comentário no qual se diga o que o leitor deve observar de importante neste recurso. As figuras, tabelas e quadros... devem ser numeradas em ordem crescente. Os títulos das tabelas, figuras ou quadros devem ser colocados na parte superior e as fontes na parte inferior.

4) Autoria:

O arquivo em word enviado (anexado) no momento da submissão NÃO deve ter os nomes dos autores.

Todos os autores precisam ser incluídos apenas no sistema da revista e na versão final do artigo (após análise dos pareceristas da revista). Os autores devem ser registrados apenas nos metadados e na versão final do artigo (artigo final dentro do template) em ordem de importância e contribuição na construção do texto. OBS.: Autores escrevam o nome dos autores com a grafia correta e sem abreviaturas no início e final artigo e também no sistema da revista.

O artigo deve ter no máximo 15 autores. Para casos excepcionais é necessário consulta prévia à Equipe da Revista.

5) Vídeos tutoriais:

- Cadastro de novo usuário: https://youtu.be/udVFytOmZ3M
- Passo a passo da submissão do artigo no sistema da revista: https://youtu.be/OKGdHs7b2Tc

6) Exemplo de referências em APA:

- Artigo em periódico:

Gohn, M. G. & Hom, C. S. (2008). Abordagens Teóricas no Estudo dos Movimentos Sociais na América Latina. *Caderno CRH*, 21(54), 439-455.

- Livro:

Ganga, G. M. D.; Soma, T. S. & Hoh, G. D. (2012). *Trabalho de conclusão de curso (TCC) na engenharia de produção.* Atlas.

- Página da internet:

Amoroso, D. (2016). *O que é Web 2.0?* http://www.tecmundo.com.br/web/183-o-que-e-web-2-0-

7) A revista publica artigos originais e inéditos que não estejam postulados simultaneamente em outras revistas ou órgãos editoriais.

8) Dúvidas: Quaisquer dúvidas envie um e-mail para rsd.articles@gmail.com ou dorlivete.rsd@gmail.com ou WhatsApp (55-11-98679-6000)

Declaração de Direito Autoral

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

1) Autores mantém os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

2) Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

3) Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.